

As duas repúblicas: Portugal (1910-1926) e Espanha (1931-1936)

Ensaio de interpretação sociológica comparada¹

FERNANDO AMPUDIA DE HARO *

Há, na história contemporânea de Espanha e de Portugal, dois momentos simultaneamente afins e divergentes que sintetizam processos de mudança social conducentes à formação de novos equilíbrios de poder no seio de ambas as sociedades. Refiro-me, neste caso, aos períodos republicanos vividos nestes países. O presente trabalho visa oferecer uma interpretação sociológica da II República Espanhola e da I República Portuguesa a partir de uma perspectiva figuracional baseada nas contribuições teóricas de Norbert Elias. Como tal, a atenção centrar-se-á em duas dimensões especialmente relevantes para qualquer análise de cariz eliasiana: a constituição de equilíbrios de poder entre os diferentes sectores que integram a sociedade e o desenvolvimento de culturas sociais relativas ao confronto intergrupal. Propõe-se, pois, uma análise que privilegia tanto a dimensão cultural das relações sociais ligadas ao aparecimento de tendências associadas à incerteza, à imprevisibilidade e ao medo, quanto, por outro lado, as representações sociais relativas à insegurança vital e à ordem. Embora existam diferenças entre os momentos republicanos espanhol e português – diferenças cronológicas, na composição das elites políticas ou na especificidade dos acontecimentos (Sánchez Cervelló, 2002: 274-279) –, julgo ser possível detectar certas analogias que per-

* Bolseiro de pós-doutoramento da FCT no Instituto de História Contemporânea-UNL.

mitiriam o seu estudo comparado. A dimensão comparativa que se propõe toma como referência o medo enquanto emoção social, e a sua relação com a mudança no equilíbrio de poder das sociedades espanhola e portuguesa. A presença dessa emoção liga-se à conceptualização, elaborada por certos grupos sociais, de uma ameaça para a ordem social, da percepção da imprevisibilidade no quotidiano e de um apelo à autoridade como forma de combater aquele medo. Os dois regimes republicanos constituem, cronologicamente, a antecâmara das ditaduras ibéricas. Neste contexto, o medo desempenhou um papel fundamental na crescente reivindicação de uma acção autoritária que eliminasse a incerteza associada ao medo sentido por diferentes sectores da sociedade. Como tal, essa experiência do medo, comum à I República Portuguesa e à II República Espanhola, constitui o eixo que articula a comparação que vai ser desenvolvida. Apesar da não-coincidência temporal e das suas diferentes durações, e apesar das especificidades próprias, as duas repúblicas viveram, em grande medida, conjunturas análogas, nas quais as definições do medo e as soluções propostas para a sua mitigação se revelaram semelhantes.

1. Novos equilíbrios de poder e medo social

O advento da República, quer em Portugal (5 de Outubro de 1910) quer em Espanha (14 de Abril de 1931), trouxe, independentemente do evidente desfazamento cronológico, um novo equilíbrio de poder às duas sociedades.² A proclamação da República permitiu que certas camadas da população, tradicionalmente excluídas da liça política em virtude de um sistema eleitoral fraudulento e deficientemente representativo, adquirissem um protagonismo social inédito. Mesmo que tal advento se viesse a concretizar de maneira diferente – através de eleições autárquicas, em Espanha, e mediante um movimento revolucionário apoiado em sectores das Forças Armadas, em Portugal –, o que interessa destacar é o simbolismo do 14 de Abril e do 5 de Outubro, bem como a extraordinária efervescência social provocada pela confluência de aspirações, de expectativas e de temores concentrados nestas datas. A referida efervescência relaciona-se com uma mudança nos equilíbrios de poder, que vai colocar num primeiro plano grupos sociais até então secundários: uma coligação ampla das classes médias em sintonia com os trabalhadores terá acesso, desde esse momento, ao governo e aos instrumentos básicos do poder estatal.

Em Espanha, a oportunidade é dada à pequena burguesia urbana, ao profissional liberal e ao operário e ao camponês – grupos que vinham discutindo, de

forma diversa e desde o início do século, as desigualdades e os privilégios herdados, a sua subordinação aos estratos sociais superiores, as diferentes condições materiais do quotidiano e a sua exclusão da vida política.³ Em Portugal, a situação é análoga: de novo a pequena burguesia urbana, juntamente com o baixo funcionalismo público e com sectores vinculados à cultura e ao ensino, contando com a aquiescência do operariado, será a protagonista do poder emergente.⁴ Não é estranho, pois, detectar um clima de esperança e de certa confiança num futuro que devia trazer melhorias significativas para os grupos mencionados. Esperança e confiança na vantagem desta transformação social foram duas maneiras de perceber a mudança. No entanto, os grupos sociais que teoricamente perderam oportunidades de poder e de protagonismo social, aqueles que globalmente se identificavam com o *statu quo*, dificilmente partilharam essa percepção. Assim, a sua definição da situação bem podia integrar de formas diversas elementos como o receio, a cautela e o temor. Nesta condição ficaram, em Espanha, os terratenentes latifundiários, os pequenos proprietários agrícolas, a burguesia industrial e financeira, a burguesia conservadora das províncias, a Igreja e parte do exército (Aróstegui, 2006: 222; Cruz, 2006: 192). Em Portugal, outro tanto aconteceu com as classes ricas, os proprietários rurais, a alta hierarquia das Forças Armadas, a Igreja e os sectores tradicionais afins da Monarquia (Freire, 2002: 58-59). Definitivamente, a percepção das modificações no equilíbrio de poder foi uma realidade entre estes grupos sociais, atribuindo por isso à nova conjuntura diferentes valorizações. Em redor destas, gravitou grande parte da vida social durante a época republicana em Espanha e em Portugal. Uma parte substancial das referidas valorizações fundamenta-se basicamente no medo como emoção de tipo colectivo; ou, por outras palavras, a percepção das mudanças pode ser explicada a partir de um conjunto de coordenadas definidas por esta emoção. Mas como se pode analisar sociologicamente o medo?

Como emoção induzida socialmente, Norbert Elias (1990: 13-19, 68-129) afirma que o medo se relaciona com a angústia face ao desconhecido e com a sensação de insegurança provocada pela incerteza perante o porvir. Como tal, vincula-se a situações sociais em relação às quais cresce o nível de imprevisibilidade, diminuindo o grau de controlo individual e colectivo sobre o futuro. Neste sentido, à vida social faltam-lhe progressivamente os caracteres calculável e previsível. Face à visão convencional do medo como elemento paralisante que impede a acção individual ou grupal, aqui é considerado enquanto emoção com capacidade para moldar os interesses de indivíduos e de grupos e, em consequência, capaz também de orientar os seus comportamentos. De uma perspectiva sociológica, a experiência do medo é vista essencialmente em termos colectivos,

aludindo à produção de condições emocionais responsáveis pela formação de identidades e de condutas (Barbalet, 2001: 218-231). Tendo presente este conjunto de considerações teóricas relativas a esta emoção, tentemos observar como se concretizaram nas sociedades espanhola e portuguesa.

Como já foi apontado, os novos equilíbrios de poder que surgiram logo a seguir à proclamação da República significaram uma redução das distâncias sociais⁵ e crescentes oportunidades de poder para aqueles grupos outrora fora da representação política. Índícios paradigmáticos destas distâncias sociais encontram-se com frequência, por exemplo, no mundo rural espanhol, nomeadamente nas atitudes dos terratenentes latifundiários para com o trabalhador agrícola. Este era visto como um objecto, propriedade do dono da terra, podendo mesmo ser refreado mediante métodos militares inspirados nos combates com as tribos marroquinas da região do Rif entre 1912 e 1925. A aplicação destes métodos de clara natureza bélica tem permitido fixar uma analogia entre os trabalhadores do campo e aquelas tribos marroquinas, convertendo-se os braceiros e os jornaleiros numa espécie de nova raça colonial subjugada (Preston, 2005). A distância e a intensa desigualdade nas oportunidades de poder determinaram um modelo de relações sociais assente na assunção da hierarquia e da subserviência. Já em Portugal, o fundador e principal dirigente do Partido Unionista, Manuel de Brito Camacho, relembrando a sua infância alentejana, realizava a seguinte reflexão:

Os homens, sobretudo, quase pediam trabalho como se pedia esmola, nos mesmos termos de humildade respeitosa, e longe de invejarem a fortuna alheia, o que desejavam era que os ricos fossem cada vez mais ricos, em termos de que nunca lhes faltassem com o trabalho na validez, e com a esmola na arruinada velhice [...]. A que infinita distância este tempo me fica.⁶

A distância social era um facto sentido pelos grupos sociais, quer em situação de domínio quer em situação de subordinação nos equilíbrios de poder. Houve também quem soubesse interpretar os sinais dos novos tempos fazendo uma tentativa de «sociologia *amateur*» e constatando com agudez a redução daquela distância. Repare-se nas muitíssimo pertinentes palavras do polifacetado artista José Sobral de Almada Negreiros:

[Os dirigentes das nações] foram sucessivamente até hoje sendo procurados nas camadas sociais mais próximas do povo [...] [o qual] foi pouco a pouco perdendo o seu imposto aspecto de pitoresco e tomando a sua nova aparência de participante social. É quanto basta para deduzir que dirigentes e dirigidos se encaminham uns para os outros.⁷

A observação de Almada Negreiros põe a nu o rumo que toma a transformação das relações sociais em Espanha e em Portugal. Novos grupos ganham protagonismo e poder, tendência que provoca uma avaliação reticente ou negativa daqueles que vêem perder a sua iniciativa. Foi habitual a identificação da mudança com a ascensão das massas, desordenadas e coléricas, tal como aponta o escritor Fialho d'Almeida em Dezembro de 1910, falando sobre os recentes acontecimentos ligados à proclamação da República, referindo-se à «criminosa soltura, a destrambelhada filáucia e a brutalidade insolente a que a turbamulta chegou»⁸. Neste sentido, um dos mais duros retratos realizados sobre os protagonistas da instauração da República em Espanha pode encontrar-se no romance *Madrid, de corte a checa* (original de 1938), de Agustín de Foxá. O autor, através das suas personagens, descreve os tipos humanos envolvidos na proclamação republicana:

Azaña era o símbolo dos mediócras na hora gloriosa da desforra. Um mundo cinzento e rancoroso de pedagogos e funcionários dos Correios, advogaduchos e tertúlios mal vestidos triunfou com exaltação. Era o vingador dos cozidos modestos e dos andares de quarenta duros⁹ dos Gutiérrez e González anónimos.¹⁰

A mudança gerou incerteza entre aqueles que viram diminuir as suas oportunidades de poder.¹¹ Como defensores do *statu quo*, provavelmente observaram nas duas repúblicas o sintoma de um processo de transformação que escapava ao seu controlo. Essa imprevisibilidade em relação a um futuro desconhecido nutriu os sentimentos de medo desta camada da população. Este medo não foi só um medo de perda dos privilégios ou dos recursos materiais: em último caso, tratou-se do medo de perda definitiva da identidade, de perda daquilo que os indivíduos pensam que são. Manifestou-se frequentemente como temor à desordem, uma desordem que punha em causa a previsibilidade da vida social e a continuidade daquela identidade individual, que se suspeitava ameaçada. Os indícios e as provas da desordem viram-se prioritariamente reflectidos em dois campos: no avanço do sindicalismo e das reivindicações operárias, assim como na suposta lassidão estatal no controlo da ordem pública.

2. A «ameaça vermelha»

O crescente protagonismo social dos trabalhadores foi conceptualizado frequentemente como «ameaça vermelha», associada ao risco perene da revolução. Em Espanha, já desde o início do século se perfilava o receio face ao operário, receio alimentado por acções de protesto amiúde fora da legalidade: agressões con-

tra quem não secundava as greves, cotizações obrigatórias aos sindicatos, sabotagens em fábricas, elaboração de «listas negras» de empresários, chantagens e atentados contra as pessoas e as propriedades (Rey Reguillo, 1997: 239; Cruz, 2006: 192). Em paralelo, o empresariado implementava medidas de previsão e de segurança – contratação de seguros para cobrir os resultados da conflitualidade laboral, das mortes violentas e das queimas das colheitas, organização de corpos de guardas cívicas ou compra particular de armas de fogo –, decretava encerramentos patronais (*lockouts*) ou elaborava as suas próprias «listas negras» de trabalhadores. A proclamação da II República aparece vinculada a essa conflitualidade, segundo muitos dos testemunhos que proporciona Ronald Fraser (2007) na sua magnífica obra *Recuérdalo tú y recuérdalo a otros: Historia oral de la Guerra Civil Española*, os quais conseguem ilustrar nitidamente a tensão presente nas relações entre diferentes grupos sociais. Como tal, o depoimento de Juan Moreno, filiado no sindicato anarquista CNT e jornalista, serve para ilustrar esta dinâmica de confronto. As suas palavras são extremamente reveladoras:

Odiávamos a burguesia, que nos tratava como animais. Os burgueses eram os nossos piores inimigos. Quando olhávamos para eles pensávamos que víamos mesmo o diabo. E o mesmo pensavam eles de nós. Havia ódio entre nós, um ódio tão grande que não podia ter sido pior [...] queríamos que eles nos pagassem um jornal decente e que nos tratassem como seres humanos, com respeito. Só havia uma maneira de consegui-lo: lutando.¹²

A denominada «questão social» entrou com vigor no século xx espanhol à medida que o movimento operário ganhava força. No entanto, se se experimentaram receios vários face aos trabalhadores, também estes experimentaram os seus próprios temores, basicamente relacionados com a ameaça da contra-revolução.¹³ Enquanto o sistema republicano espanhol empregava o vocabulário das reformas graduais, grande parte dos grupos operários emergentes e da sua base sindical expressava-se em termos revolucionários. A incapacidade da II República para integrar estes grupos e a percepção das medidas reformistas republicanas como medidas insuficientes que legitimavam um ordenamento social injusto explicam a utilização de uma linguagem revolucionária, anti-Estado e antipropriedade, cuja finalidade última era a implantação de uma nova ordem social. Mas o grande temor das classes trabalhadoras era que, de um modo ou de outro, o fortalecimento do movimento operário tivesse como resposta uma acção contra-revolucionária liderada pelo exército e apoiada, implícita ou explicitamente, pela Igreja e pelas forças sociais conservadoras (González Calleja, 2005: 140).¹⁴

Em Portugal, nos seus traços gerais, a situação foi notavelmente similar. Entre 1918 e 1921, concentraram-se os maiores receios perante a «ofensiva vermelha», coincidindo com um momento de especial intensidade activista dos grupos operários. A influência da Revolução Russa e as dificuldades geradas pela participação do país na Grande Guerra incentivaram as reivindicações dos trabalhadores. Atingiram-se objectivos antes fora de questão, como a jornada de oito horas, juntamente com um pacote de medidas laborais favoráveis que reforçaram no empresariado tanto o temor à revolução quanto a consciência de perda de poder patronal (Ramos, 1994: 606; Freire, 2002: 67). Os avanços feitos pelos grupos outrora em posição subordinada também foram interpretados de forma ameaçadora, reproduzindo um modelo de tensões provocado pelas mudanças no equilíbrio de poder. O escritor e jornalista Raul Brandão (1867-1930) relembra como no Porto «a gente pobre das ruas atira com o piolho a quem passa ou para dentro das casas dizendo: os ricos também hão-de morrer»¹⁵. A irrupção do operariado com as suas organizações constituiu um desafio para os grupos sociais estabelecidos. A redução da distância social foi interpretada muitas vezes segundo o padrão da «luta de classes» ou da dicotomia «explorador/explorado»¹⁶. Novamente Raul Brandão nos ajuda a ilustrar esta visão:

Os jornaleiros começaram a olhar com desconfiança os ricos. Pulularam nas fábricas que influíram nos costumes, na dissolução e na propaganda do ódio contra a classe exploradora. A carestia da vida chegou a equilibrar-se com o aumento dos salários, mas os sentimentos já não se equilibravam.¹⁷

Em Espanha e em Portugal, o advento da República criou um clima de expectativas positivas entre os grupos trabalhadores. Ao menos a mudança de regime incorporou, nos dois casos, alusões contínuas ao povo, à melhoria das condições materiais de vida, às transformações laborais e ao reconhecimento de direitos a quem até aquela altura tinha sido privado deles. Existiu, pois, um voto de confiança inicial, que se devia renovar em virtude das medidas e das reformas que os governos fossem capazes de executar. Aconteceu que muitas das expectativas não foram satisfeitas ou foram julgadas insuficientes, o que acentuou o descontentamento operário e agravou a intensidade das suas acções. Perante isto, foram habituais as interpretações da situação anunciando o risco real da revolução, a iminência da mesma e, por acréscimo, a contra-revolução como resposta. As referidas interpretações previam um futuro de incerteza sujeito à eventualidade de mudanças sociais radicais. No diário *A Batalha* de 2 de Agosto de 1923, escreve-se:

Os conservadores, os capitalistas, pretendem acabar com a ficção democrática para substituí-la por um regime burguês; os operários desejam um regime proletário [...]. E a República vive à mercê da luta travada entre os avançados e os conservadores, os radicais e os reaccionários, os operários e os patrões. No dia em que uma das correntes triunfar, adeus República [...].¹⁸

Em Espanha, a sombra da revolução foi um dos principais argumentos esgrimidos pelos militares sublevados que desencadeariam o golpe de Estado que provocou a guerra civil. Foi uma ideia sempre presente durante o período republicano e, portanto, moeda de uso habitual em jornais, em palestras, em tertúlias e na vida pública em geral. A ameaça de uma insurreição comunista apoiada pela União Soviética e as suas possíveis consequências ficam recolhidas claramente no seguinte fragmento do diário monárquico *La Nación* de 15 de Fevereiro de 1936:

Esta riqueza toda de 300 000 milhões [o jornal estima que é essa a quantidade que representa o valor da produção e das infra-estruturas espanholas] nacionalizar-se-ia, ou seria destruída pelo comunismo soviético. Toda a gente ficaria na rua, sem mais roupa que a posta, além de poder perder também a vida [...]. Espanhóis, se tendes um adarme de bom senso, se tendes um átomo de autoconservação, votai com disciplina férrea nas candidaturas da frente anti-revolucionária.¹⁹

3. A definição da desordem

A «ameaça vermelha», concretizada nas acções operárias de reivindicação e de confronto, faz parte de uma agenda alargada relacionada com a ordem pública e com a capacidade do Estado para a garantir. Com frequência, as repúblicas espanhola e portuguesa têm sido descritas como etapas essencialmente atravessadas pelo conflito, traduzido em factos violentos como indício evidente da instabilidade e da desordem social. Obviamente, alguns dos factos associados a essas representações existiram, mas, para o que aqui interessa, são mais relevantes as percepções a eles ligadas, as avaliações que suscitaram e as impressões que provocaram. Os diferentes grupos sociais, quer em Espanha quer em Portugal, elaboraram definições sociais da situação, que, além da correspondência com a realidade objectiva dos acontecimentos, revelaram a sua eficácia e verosimilhança quando foram aceites por sectores alargados da população. Interessa, pois, a definição da situação realizada pelos actores sociais e, por isso, a transcendência dos efeitos performativos da linguagem no hipotético desenvolvimento da acção.²⁰ Uma análise desta natureza participa activamente de uma lógica subjec-

tivista, elegantemente resumida numa velha asserção sociológica formulada por W. I. Thomas e desenvolvida por R. K. Merton: se os indivíduos definirem as situações como reais, estas são reais nas suas consequências. Isto leva-nos a considerar como as definições sobre a realidade social, ou seja, as expectativas dos actores, fazem parte da realidade definida, actuando sobre ela. E ao actuar sobre ela, os actores podem, intencional ou não intencionalmente e em função da sua expectativa, criar as condições sociais para o cumprimento da sua definição (Merton, 1964: 505-520).

De um modo ou de outro, as duas repúblicas viram-se confrontadas com a sua conceptualização como regimes de desordem, não só por a propiciarem como por não a combaterem. Em Espanha, o período republicano foi definido como a «antecâmara da revolução», e a República acusada de conter no seu interior o gérmen do comunismo, de promover o conflito e de praticar a arbitrariedade legal. Termos como «caos», «anarquia», «agitação», «situação pré-bélica» ou «clima de guerra civil» foram frequentemente utilizados para se referirem à conjuntura social. A própria palavra «república» ficou negativamente conotada, tal como aponta o testemunho do filho de um professor primário cordobês da época: «Palavra tão infame entre as classes médias que a qualquer desordem ou confusão chamavam-lhe sem mais uma “república”.»²¹ A reivindicação da ordem intensifica-se entre os grandes terratenentes e a burguesia industrial e financeira, ao mesmo tempo que definem a situação como insustentável e inaceitável. A desordem tinha um conteúdo explícito: a conflitualidade social. Essa conflitualidade traduz-se na ocupação camponesa de terras, na proliferação de greves convocadas abruptamente, na queima de igrejas e conventos ou no «gangues-terismo» urbano. Também teve o seu reflexo no vocabulário dos partidos políticos e na admissão ou na justificação da acção armada como via possível para a imposição de um programa político, social, cultural e económico específico. O léxico e a simbologia utilizados pelos partidos de esquerda, juntamente com os sindicatos operários, articularam-se, dando origem ao qualificativo «fascista» outorgado à direita política. Em contrapartida, essa direita viu no oponente a iminência da revolução. A mobilização pública adquiriu um carácter intimidatório mediante a ocupação do espaço público e a incorporação de novos militantes jovens com deficientes níveis de socialização democrática e, portanto, propensos à assunção de hierarquias, à valorização da obediência, à recusa do diálogo e ao recurso à chefia carismática.²²

As definições do período republicano português com recurso à ideia da desordem também existiram. A representação desta desordem concretizou-se na instabilidade governativa, na reivindicação operária, na insegurança urbana

e na crise económica. Neste contexto, os apelos para a ordem foram realizados a partir de sectores sociais diversos, que abrangiam o exército, os grandes negócios comerciais e os industriais médios e agrícolas (Guinote, 1990: 229). Manuel José Homem de Mello confirma no seu depoimento esta linha de argumentação. Relembra que na casa paterna lhe foi ensinado que Salazar evitou o regresso à «baderna» da República. Nas suas palavras ainda ressoam os ecos daquele ensino:

A desordem e as convulsões que assolaram e varreram a I República, tal como se tivesse sido atingida por um terramoto de intensidade 10 na escala de Richter, não podem ser negadas nem escamoteadas. (Mello, 2002: 112)

Mais uma vez apontamos que os factos a partir dos quais foram sustentadas tais definições da desordem são de natureza similar aos referidos em Espanha: greves, assaltos, ataques às igrejas e aos clérigos, atentados e bombas.²³ A revista *Seara Nova* oferece um interessante leque de reflexões sobre a desordem que afecta a sociedade portuguesa da época, uma desordem de novo materializada na conflitualidade social entre patrão e operário, na sucessão das greves, nos episódios sangrentos, na crise moral, na venalidade dos dirigentes políticos ou na perda do sentimento religioso.²⁴ Nas suas páginas, João Sarmento Pimentel, por exemplo, refere-se ao abuso das Forças Armadas na tentativa de conterem a desordem ligada aos pronunciamentos, ao bombismo e à subida de preços.²⁵

A percepção da desordem também se nutriu de uma cultura do confronto, em ambos os países. Tal cultura, nitidamente concretizada na arena política, incluiu como variáveis principais a aceitação da violência como via normalizada e legítima de actuação no acesso ao poder, a prática da imposição coerciva de programas e de medidas como meio factível de acção pública e o recurso a formas extraparlamentares na concorrência pela hegemonia política (Pinto, 2004: 26; Freire, 2002: 67). A cultura do confronto teve na imprensa um dos seus principais suportes: as pautas de comportamento jornalístico regiam-se frequentemente pela eleição dos fragmentos especialmente exaltados nas alocações das principais figuras políticas, pela magnificação dos problemas relacionados com a ordem pública, pelas habituais petições de recondução autoritária dos acontecimentos e pelos chamamentos à ocupação da rua como via de pressão sobre o adversário. A difamação e a ridicularização do oponente político e ideológico, juntamente com o insulto, tiveram uma presença destacada nas páginas dos jornais portugueses (Valente, 1999: 204). A imprensa espanhola constata no seu caso esta mesma dinâmica de confronto. O diário monárquico *ABC*, em Sevilha e a 4 de Março de 1936, é disso uma boa demonstração:

A rua é quem manda. Agora sim pode dizer-se que Espanha tem saído à rua. Todos os dias uma manifestação. E gritam-se todos os gritos que se queiram... Viva isto! Viva aquilo! Mas, o que é que significam estes vivas? Qualquer que tiver o ouvido da alma bem desperto compreende que, ao gritar viva, a multidão quer dizer morra. Morte ao adversário, ultraje e perseguição para o opositor.²⁶

A questão da imprensa e da sua capacidade para fixar definições específicas da situação social deve ser tida em conta num momento histórico durante o qual a publicação e a difusão de jornais se tornam mais visíveis.²⁷ Jornalistas, intelectuais e políticos, em virtude do seu conhecimento, experiência ou condição de peritos, exercem essa capacidade de definição, obtendo um maior ou menor sucesso nas suas tentativas de interpretação da realidade ou na identificação dos responsáveis ou culpados da instabilidade social.²⁸ O confronto ligou-se aos continuados rumores, notícias deturpadas e versões exageradas de diferentes acontecimentos. O temor perante o outro como adversário ameaçador reforçou a adesão afectiva ao grupo de pertença e promoveu um tipo de pensamento emocionalmente comprometido, cada vez com mais dificuldades de um afastamento racional que permitisse um exame crítico dos factos (Elias, 1990: 66-72). De acordo com isto, a insegurança emocional provocada pelo confronto e pelo receio face ao opositor foi rapidamente combatida com respostas ainda mais emocionais, aludindo a conspirações, a inimigos mais ou menos secretos ou a invasões iminentes. Exemplos destes rumores em Espanha foram o suposto apoio do exército à greve revolucionária de Outubro de 1934 e a conseguinte instauração do comunismo no país, o teórico assassinato de um taxista em Madrid pelos monárquicos como resposta ao assalto do Círculo Monárquico Independente, ou a repartição de rebuçados envenenados pelas freiras das Damas da Caridade, mais uma vez em Madrid.²⁹ Especialmente significativos foram os rumores que circulavam relativamente ao hipotético planeamento de uma revolução comunista que devia explodir brevemente no país. De facto, como já disse, foi um dos principais argumentos utilizados para justificar o golpe de Estado do 18 de Julho de 1936, um «golpe preventivo» que travava uma eclosão revolucionária tida como certa. Um mês após o início da guerra, o general Francisco Franco insistia no consabido argumento, em declarações publicadas a 12 de Agosto de 1936 no *El Heraldo de Aragón*: «A revolução comunista, que devia estalar em Maio, foi adiada para Junho e, finalmente, até ao fim de Julho. Informados a tempo, abortámo-la com um levantamento puramente defensivo.»³⁰ Tal convicção não era mantida apenas pelas elites políticas ou militares como forma de legitimação do golpe de Estado; também entre a população civil se apresentava como uma ideia recorrente e como parte das causas que converteram a sublevação militar

numa iniciativa necessária. Mario Ozcoidi, funcionário e simpatizante carlista, confirma-o com as suas palavras:

Nem as questões políticas, nem as económicas nem as dinásticas tinham força suficiente como justificação para o começo da guerra. A lei e a ordem, a unidade da pátria, a ameaça de uma insurreição comunista (que devia concretizar-se logo em quinze dias; eu tinha visto os planos) eram os factores.³¹

Em Portugal, os rumores correram de modo semelhante: brigas que acabaram aos tiros, ataques aos «bem-vestidos», conspirações secretas para assassinar dirigentes políticos ou supostas provas de que se preparavam perseguições de republicanos geraram e alimentaram o ambiente de insegurança emocional. Especialmente visíveis foram os boatos sobre padres e jesuítas: conhecidos respectivamente como «indivíduos sem pátria» e «agentes do estrangeiro», os jornais asseguravam que tinham armas escondidas ou que «colunas de padres» armados se aproximavam da capital (Valente, 1999: 117-119). *O Mundo* de 9 de Outubro de 1910 declarava: «Os jesuítas andam como ratazanas pelos esgotos da cidade, com bombas e máquinas infernais destinadas a fazer ir tudo pelos ares.»³² É óbvio que manifestações desta natureza pouco ou nada contribuíram para aliviar o clima de tensão emocional que se vivia. Pelo contrário, notícias deste cariz, sem fundamento nenhum, alimentaram ainda mais esse clima enraizado na divisão e no confronto.

Evidentemente, o confronto traz consigo o risco da desidentificação entre grupos sociais e o aprofundamento das tensões sociais. A desidentificação relaciona-se com um tipo de mentalidade que nega em maior ou menor medida as afinidades e semelhanças recíprocas entre indivíduos, e acentua uma visão da realidade social em termos dicotómicos «Nós/Eles».³³ Quando determinados grupos sociais se afirmam como um «Nós» face a outros definidos como «Eles», e aquele «Nós» se entende ameaçado, crescem as possibilidades de hostilidade. Como foi mencionado, a variável definitiva na percepção da ameaça do «Nós» não reside na existência de factos objectivos que confirmem a autenticidade da referida ameaça, mas sim na interpretação que se faz desses factos a partir do «Nós». A percepção da ameaça, chegado o momento, vai além da consciência do perigo sobre os recursos, os privilégios ou os direitos de qualquer tipo que o «Nós» possui. E vai além porque entra no terreno da identidade e activa o subsequente medo da perda ou do desaparecimento da mesma. Um extraordinário exemplo de tendência desidentificadora é o próximo testemunho, revelador da pressão social que atinge nos anos 30 as crianças de uma escola espanhola:

A tensão afectava mesmo as crianças. Os Pioneros, assim se chamava a organização juvenil socialista, aterrorizavam-nos na escola. Chamavam-nos filhos de parasitas (a palavra fascista ainda não estava na moda), os «senhorzecos» que comiam costeletas. Havia um abismo insanável entre eles e nós, entre os que comiam costeletas e os que não podiam permitir-se aquele luxo.³⁴

4. O apelo à autoridade

Como se pretendeu salientar até aqui, as mudanças por que passaram as sociedades espanhola e portuguesa durante os seus períodos republicanos foram vividas e interpretadas por diferentes grupos sociais de acordo com o temor, o receio e, em último caso, o medo. Quando o nível de incerteza e de imprevisibilidade se tornou inaceitável e insustentável para tais grupos, procurou-se uma saída comum nos dois países: o recurso à autoridade. O apelo autoritário como meio de restabelecimento da ordem social foi um elemento característico do tempo republicano: uma autoridade forte havia de recuperar o estado de segurança, certeza e previsibilidade perdido. Este apelo não foi, contudo, uma especificidade peninsular, dado que aparece ligado à crise europeia dos sistemas liberais parlamentares: a autoridade como solução é, sem dúvida nenhuma, dominante na Europa de entre-guerras. Com a autoridade chegaria também a indivisibilidade do poder e a confiança numa chefia consistente. Neste terreno, as afinidades entre Espanha e Portugal são evidentes.

Em relação ao imperativo da autoridade, as declarações de determinados líderes políticos expressaram o seu acordo com a necessidade urgente de um poder total como veículo regenerador da sociedade. José María Gil Robles, dirigente da Confederação Espanhola das Direitas Autónomas (CEDA), num discurso pronunciado no Monumental Cinema de Madrid, em 1933, reclamava «um poder na íntegra» para «criar um espírito novo, fundar um Novo Estado, uma nação nova, purificar a pátria de *maçons*, de judaizantes».³⁵ Dionisio Ridruejo, na altura intelectual e político falangista, relembra as frequentes petições que neste mesmo sentido eram realizadas ao exército:

O que estava à espera [a burguesia] era da sublevação dos militares; não queria que continuasse a luta, a desordem; queria que acabasse. «Não se pode permitir as coisas continuarem a correr assim» era uma frase que se ouvia constantemente. Insultava-se publicamente os oficiais acusando-os de cobardes por não se sublevarem. A causa aparente era a lei e a ordem [...]. A causa verdadeira era o terror perante as organizações operárias e que estas fizessem a sua própria revolução.³⁶

Em Portugal, ainda houve tempo durante o período republicano para concretizar o apelo à autoridade numa ditadura militar que antecipou algumas das características da futura experiência autoritária que o país iria viver. Existia, pois, um espaço social para a chegada de Sidónio Pais como personificação da chefia carismática, salvadora e única protectora da ordem (Telo, 2000: 19-22). Desde aí, o discurso sobre a autoridade torna-se central na vida social portuguesa e afloram as reivindicações e as reflexões sobre a questão. Escreve Raul Proença (1884-1941) na revista *Seara Nova*:

Assim entre nós, por sugestão viva da Itália e da Espanha, agora ardentemente se apela para este outro remédio: um governo de força. Digamos mais francamente: deseja-se uma ditadura e um ditador. No ansioso empenho, na ávida aspiração, todo o mundo entre nós vocifera e se agita a pedir ORDEM!, tudo sai da forma a bradar DISCIPLINA!, face a face, fila contra fila, separa-se Portugal em dois monómios – que um a outro vão impor a sua ditadura.³⁷

O 28 de Maio constrói-se a partir de um programa mínimo que, incluindo a ordem e a autoridade como elementos centrais, suscitou um acordo geral dentro do espectro ideológico, desde a esquerda até à direita (Rosas, 1994: 154; Tengarrinha, 2002: 131-133). Em termos globais, o apelo à autoridade, segundo a lógica desenvolvida neste ensaio, não deve ser desligado do medo como emoção colectiva relacionada com o aumento dos níveis de imprevisibilidade e de incerteza sociais experimentado por diversos grupos. No entanto, a ideia do medo como uma emoção não determina necessariamente que a resposta oferecida para o combater seja de carácter irracional, caótico, improvisado ou ilógico. Face a uma conjuntura social que alimenta o compromisso e a implicação emocional dos actores, as suas acções podem incluir mais elementos de racionalidade do que os teoricamente esperados: esta resposta bem pode oferecer uma solução de cariz estratégico, previsor ou reflectido. Isto é, a resposta poderá, eventualmente, adoptar padrões de racionalidade, compreendida esta como a adequação dos meios à consecução de uma finalidade percebida como desejável e realizável. Se a finalidade é neutralizar um grupo social concebido como uma ameaça e, por este motivo, gerador de medo, não é descartável a articulação de uma resposta planificada que integre recursos e acções com tal objectivo. Se a finalidade é a recuperação da certeza e da previsibilidade sociais para determinados grupos, este propósito poderá ser atingido mediante a reclamação sistemática, constante e justificada da autoridade, juntamente com a organização de iniciativas coerentes com tal propósito. O apelo à autoridade numa fase de implicação emocional por parte de certos sectores sociais não deve ficar reduzido a uma interpretação em termos de «histeria»

social. Este apelo, fruto dessa implicação emocional, pode ser pensado, sistematizado e reflectido de acordo com uma lógica de meios e finalidades ajustada à percepção, sentida como real, do medo que ameaça um grupo social. Definitivamente, não pretendo aqui determinar se o medo era realmente justificado, mas sim que processo levou a solução autoritária a ser considerada a única pertinente num contexto definido segundo níveis de incerteza crescente entre alguns grupos sociais.

5. Conclusão

Como foi apontado, a proclamação da República em Espanha e em Portugal significou um crescente e novo protagonismo de camadas da população que tinham ocupado tradicionalmente posições subordinadas. Este novo equilíbrio de poder foi interpretado de maneira desigual segundo os grupos sociais que considerámos, e, desta forma, naqueles momentos de efervescência social, os pareceres de sinal positivo partilharam o espaço social com os de sinal negativo. Globalmente, entendendo que o medo como emoção colectiva serve para caracterizar fases importantes dos momentos republicanos espanhol e português. O medo é sentido entre aqueles grupos associados ao *statu quo*, para os quais os níveis de incerteza e de imprevisibilidade sociais aumentaram, na medida em que os grupos emergentes reduziam entre si a distância social. Este medo concretizou-se nos *tropos* da ameaça revolucionária, da ofensiva operária, da crescente desordem e da lassidão estatal na reposição da ordem. A resposta ao medo também foi similar e dominada pelo recurso à autoridade como saída viável e efectiva. Que o medo tivesse ou não uma fundamentação real ou uma correspondência com um conjunto de factos objectivos é uma questão que excede o propósito destas páginas. A atenção concentrou-se nas definições da situação como condicionantes da acção individual ou grupal. Como tal, a incerteza e a imprevisibilidade que alimentaram o medo produziram também notáveis níveis de implicação emocional entre grupos sociais que identificaram os outros como uma ameaça ou um risco para a sua própria identidade. E, assim, a inquietude provocada por tais ameaças e riscos demandou respostas que fossem emocionalmente satisfatórias recorrendo à denúncia de conspirações e de planos secretos, ou à culpabilização directa de certas camadas da população. Em consequência, o medo foi conjurado com o apelo à autoridade, posicionada para restaurar os níveis de certeza e de previsibilidade sociais perdidos. Mas se até agora considerei o medo daqueles que viram questionado o seu estatuto dominante perante a pujança dos grupos emergentes, estes últimos também experimentaram o temor do regresso à situação pré-republicana pela via da contra-revolução.

O medo recíproco contribuiu para a desidentificação dos grupos sociais e para a descida dos níveis de autocontrolo comportamental e emocional. Os processos de desidentificação vividos em Espanha e em Portugal produziram um duplo movimento simultâneo: do mesmo modo que a desidentificação reduziu os níveis gerais de coesão social, aumentou o grau de coesão intragrupal.³⁸ Exacerbou-se o risco da atomização social mediante a fragmentação da sociedade em grupos que geraram regras de sociabilidade, mentalidades, códigos de conduta e redes de cooperação exclusivistas. No entanto, o autoritarismo franquista ou salazarista não deve ser visto como a culminação necessária do desenvolvimento republicano ou como o desfecho logicamente inevitável das repúblicas espanhola e portuguesa. A presença de dinâmicas sociais desintegradoras não determina um resultado histórico específico e, portanto, as ditaduras peninsulares não podem ser interpretadas como uma consequência predeterminada do percurso republicano. Mais ajustada será uma interpretação em termos de probabilidades, e assim é factível afirmar que na conjuntura republicana espanhola e portuguesa se criaram ou se reforçaram certas condições de possibilidade para o advento do autoritarismo. A história mostra-nos que, finalmente, essas possibilidades acabariam por se concretizar.

NOTAS

- ¹ O trabalho que aqui se apresenta é parte de um projecto de investigação pós-doutoral intitulado *O Homem Civilizado em Espanha e Portugal: Modelos de comportamento e afectividade nas ditaduras franquista e salazarista* (Ref.: SFRH/BPD/26210/2006) – financiado pela FCT e orientado pelo Professor Doutor António Reis –, que actualmente o autor está a desenvolver no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Agradeço ao Professor Doutor António Reis a sua leitura crítica, os seus comentários e as suas sugestões para o desenvolvimento deste artigo. À Sónia Apolinário, agradeço a sua inestimável e atenta ajuda na correcção do português. E à Sofia Gaspar, o meu agradecimento pela sua dupla vertente, quer como leitora quer como crítica, durante a escrita destas páginas.
- ² Com o conceito «equilíbrio de poder», referem-se as específicas condições de interdependência existentes entre os indivíduos e os grupos que fazem parte de uma dada sociedade. Estas condições implicam que o grau de dependência de um grupo em relação a outro seja maior ou menor e, devido a isso, que as suas oportunidades de acção sejam também maiores ou menores. Aqui, o poder é uma noção essencialmente relacional pensada em termos de equilíbrios, o que impede que se fale deste como «jogo de soma zero». Cf. Elias (1999: 100-107).
- ³ Para uma interpretação convergente, v. Tuñón de Lara (1989: 13), Preston (1997: 40-45), Rey Reguillo (1997: 237), Ugarte Tellería (1998: 50-58) e Aróstegui (2006: 227).
- ⁴ Para uma interpretação convergente, v. Freire (2002: 59), Valente (1999: 51, 142), Reis (1990: 7) e Tengarrinha (2002: 130).
- ⁵ Uma aproximação sintética e didáctica ao conceito de distância social pode ver-se em Arteaga Botello e Lara Carmona (2004).
- ⁶ Citado em Torres (2002: 121).
- ⁷ *Idem* (2002: 126).
- ⁸ *Idem* (2002: 127).
- ⁹ Termo mediante o qual eram designadas popularmente as moedas de 5 pesetas.
- ¹⁰ Citado em Moya (1975: 182).
- ¹¹ Para uma interpretação do medo ligada ao equilíbrio de poder e, portanto, convergente com o enfoque eliasiano, v. Barbalet (2001: 217-234).
- ¹² Citado em Fraser (2007: 115).
- ¹³ Tais receios apoiaram-se no desenvolvimento de uma visão do trabalhador associada à categoria de sindicalista. A sua caracterização como indivíduo subversivo e oportunista, guiado pelo ressentimento de classe ou por uma mentalidade de vingança fez sucesso nos sectores sociais conservadores. Tradicionalmente, estes sectores opunham a essa visão uma conceptualização do trabalhador como um obreiro dedicado, pacífico, honrado e cumpridor dos seus deveres sociais e morais – conceptualização mais próxima dos postulados próprios da doutrina social da Igreja. Sobre esta questão, v. Rey Reguillo (1997: 259).
- ¹⁴ A Igreja teve de se confrontar com diversas mobilizações e vagas anticlericais – com o resultado habitual de fogos postos em conventos e igrejas, expropriações forçadas, roubos ou violência contra padres e freiras –, assim como lidar com a legislação republicana em matéria religiosa, uma legislação, em certas ocasiões, declaradamente hostil à instituição eclesial. Para esta questão, v. García de Cortázar (2006) e Cruz (2006: 45-58, 306).
- ¹⁵ Citado em Torres (2002: 125).

- ¹⁶ Para uma análise da transcendência que se fundamenta neste tipo de avaliações dicotômicas sobre a realidade social, v. Pérez Ledesma (1991).
- ¹⁷ Citado em Torres (2002: 125).
- ¹⁸ Citado em Ramos (1994: 607).
- ¹⁹ Citado em Fraser (2007: 95).
- ²⁰ Sobre a transcendência dos efeitos performativos da linguagem no desenvolvimento dos conflitos sociais, v. Cruz (2006: 192 e ss.).
- ²¹ Citado em Fraser (2007: 116).
- ²² Sobre as relações entre a juventude e a mobilização política no período republicano, v. Souto (2001). Para uma análise da periodização da violência política em Espanha entre 1931 e 1936, v. González Calleja (1998).
- ²³ Para uma aproximação aos principais acontecimentos que moldaram as expressões de violência política durante a República, v. Pinto (2000).
- ²⁴ Jaime Cortesão, «A crise nacional», *Seara Nova*, 2, 5 de Novembro de 1921; em AA. VV. (1971: 101-103).
- ²⁵ Sarmiento Pimentel, «O problema da ordem pública», *Seara Nova*, 29, 20 de Janeiro de 1924; em AA. VV. (1971: 37).
- ²⁶ Citado em Fraser (2007: 43).
- ²⁷ Hermínio Martins chama a atenção para tal circunstância, assinalando a sua importância para compreender a vida social do período republicano português. Cf. Martins (2006: 75-76).
- ²⁸ A atribuição de responsabilidade ou de culpa a indivíduos ou grupos é um elemento característico em processos sociais de pânico moral perante a ameaça que representa para a sociedade um grupo específico da população. Para uma análise do pânico moral segundo um esquema eliasiano, que identifica este conceito com episódios sociais de cariz descivilizado, v. Rohloff (2008).
- ²⁹ O rumor acerca dos rebuçados envenenados foi, provavelmente, um dos mais significativos na altura. Este rumor, nunca confirmado, propagou-se por Madrid a 3 de Maio de 1936 e foi recolhido por diferentes jornais do dia 5 sem se especificar a fonte de procedência. Conhecemos, em contraposição, a reacção que provocou: foram queimados o Colégio dos Salesianos, a Capela do Ave Maria, a Igreja dos Santos Anjos, cinco conventos e uma escola privada. Sobre esta questão, cf. Cruz (2006: 165). Sobre o rumor em geral, v. Cruz (2006: 197, 208, 210-211 e 222).
- ³⁰ Citado em Reig Tapia (1990: 33).
- ³¹ Citado em Fraser (2007: 78).
- ³² Citado em Valente (1999: 204).
- ³³ O termo desidentificação, proposto por Swaan (1997), refere-se ao processo cognitivo e emocional segundo o qual as pessoas desenvolvem afectos e visões negativos em relação ao próximo, que geram aversão, rejeição e exclusão social. Para uma análise dos pronomes pessoais como modelo de figuração social, v. Elias (1999: 147-154).
- ³⁴ Citado em Fraser (2007: 109).
- ³⁵ *El Debate*, jornal da CEDA, Madrid, 17 de Outubro de 1933, p. 2.
- ³⁶ Citado em Fraser (2007: 106).
- ³⁷ *Seara Nova*, 47, Junho de 1925; citado em Madureira (1978: 26).
- ³⁸ De acordo com Pérez-Díaz (2002), esta lógica relaciona-se com o desenvolvimento de um tipo de capital social negativo ou capital social incivil.

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (1971), *Seara Nova – Antologia: Pela reforma da República* (2 vols.), Sottomayor Cardia (org., prefácio e notas), Lisboa: Seara Nova.
- ARÓSTEGUI, J. (2006), *Por qué el 18 de Julio*, Barcelona: Flor del Viento.
- ARTEAGA BOTELLO, N.; LARA CARMONA, V. L. (2004), «Violencia y distancia social: Una revisión», *Papeles de Población*, 40, Universidade Autónoma do México, pp. 169-191.
- BARBALET, J. M. (2001), *Emoção, Teoria Social e Estrutura Social*, Lisboa: Instituto Piaget.
- CRUZ, R. (2006), *En el nombre del pueblo: República, rebelión y guerra en la España de 1936*, Madrid: Siglo XXI.
- ELIAS, N. (1987), *El proceso de la civilización*, Madrid/México: Fondo de Cultura Económica.
- (1990), *Compromiso y distanciamiento*, Barcelona: Península.
- (1999), *Sociología fundamental*, Barcelona: Gedisa.
- FOXÁ, A. (1993), *Madrid, de corte a checa*, Madrid: Planeta.
- FRASER, R. (2007), *Recuérdalo tú y recuérdalo a otros: Historia oral de la Guerra Civil Española*, Barcelona: Crítica.
- FREIRE, J. (2002), «A contestação ao regime republicano durante a Primeira República», in A. Reis (coord.), *A República: Ontem e hoje*, Lisboa: Edições Colibri, Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea-UNL.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, F. (2006), «La Iglesia y la guerra», in E. Malefakis (dir.), *La Guerra Civil Española*, Madrid: Taurus.
- GONZÁLEZ CALLEJA, E. (1998), «La violencia política y la crisis de la democracia republicana (1931-1936)», *Hispania Nova: Revista de Historia Contemporánea*, 1. Consultado a 17 de Janeiro de 2009, em: www.hispanianova.rediris.es/general/articulo/003/art003.htm.
- (2005), «La dialéctica de las pistolas: La violencia y la fragmentación del poder político durante la Segunda República», in J. Muñoz; J. L. Ledesma; J. Rodrigo (coords.), *Culturas y políticas de la violencia*, Madrid: Siete Mares.
- GUINOTE, P. (1990), «A sociedade: Da agitação ao desencanto», in A. Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 3, Lisboa: Alfa.
- MADUREIRA, A. (1978), *O 28 de Maio: Elementos para a sua compreensão*, vol. 1: *Na Génese do Estado Novo*, Lisboa: Presença.
- MARTINS, H. (2006), *Classe, Status e Poder*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MELLO, M. J. Homem de (2002), «Depoimento: Uma visão sobre a I República», in A. Reis (coord.), *A República: Ontem e hoje*, Lisboa: Edições Colibri, Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea/UNL.

- MERTON, R. K. (1964), *Teoría y estructura sociales*, México: Fondo de Cultura Económica.
- MOYA, C. (1975), *El poder económico en España: Un análisis sociológico*, Madrid: Túcar.
- PÉREZ-DÍAZ, V. (2002), «From Civil War to Civil Society: Social capital in Spain from the 1930s to the 1990s», in R. Putnam (ed.), *Democracies in Flux: The evolution of social capital in contemporary society*, Oxford: Oxford University Press.
- PÉREZ LEDESMA, M. (1991), «Ricos y pobres; pueblo y oligarquía; explotadores y explotados: Las imágenes dicotómicas en el siglo XIX español», *Revista del Centro de Estudios Constitucionales*, 10, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, pp. 59-88.
- PINTO, A. Costa (2000), «A queda da Primeira República», in N. Severiano Teixeira; A. Costa Pinto (coords.), *A Primeira República Portuguesa: Entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa: Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea-UNL.
- (2004), «Portugal contemporâneo: Uma introdução», in A. Costa Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Dom Quixote.
- PRESTON, P. (1997), *La política de la venganza: El fascismo y el militarismo en la España del siglo XX*, Barcelona: Península.
- (2005), «Los esclavos, las alcantarillas y el capitán Aguilera: Racismo, colonialismo y machismo en la mentalidad del cuerpo de oficiales nacionales», in J. Muñoz; J. L. Ledesma; J. Rodrigo (coords.), *Culturas y políticas de la violencia*, Madrid: Siete Mares.
- RAMOS, R. (1994), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa: Estampa.
- REIG TAPIA, A. (1990), *Violencia y terror*, Madrid: Akal.
- REIS, A. (1990), «Introdução», in A. Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 3, Lisboa: Alfa.
- REY REGUILLO, F. (1997), «El empresario, el sindicalista y el miedo», in R. Cruz; M. Pérez Ledesma (coords.), *Cultura y movilización en la España contemporánea*, Madrid: Alianza.
- ROHLOFF, A. (2008), «Moral Panics as Decivilising Processes: Towards an Eliasian approach», *New Zealand Sociology*, 23(1), Auckland: Department of Social Sciences-Auckland University of Technology, pp. 66-76.
- ROSAS, F. (1994), *O Estado Novo (1926-1974)*, in J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa: Estampa.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, J. (2002), «Portugal y España: Encuentros y desencuentros (1640-2002)», *Historia y Política*, 7, Madrid: Biblioteca Nueva, pp. 267-287.
- SOUTO, S. (2001), «Juventud, violencia política y unidad obrera en la Segunda República Española», *Hispania Nova: Revista de Historia Contemporánea*, 2. Consultado a 17 de Janeiro de 2009, em: www.hispanianova.rediris.es/general/articulo/016/art016.htm.

- SWAAN, A. (1997), «Widening Circles of Disidentification: On the psycho – and sociogenesis of the hatred of distant strangers: Reflections on Rwanda», *Theory, Culture and Society*, 14(2), Sage Publications, pp. 105-122.
- TELO, António José (2000), «Sidónio Pais: A chegada do século xx» in N. Severiano Teixeira; A. Costa Pinto (coords.), *A Primeira República Portuguesa: Entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa: Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea/UNL.
- TENGARRINHA, J. (2002), «Os republicanos na resistência à ditadura militar e ao Estado Novo», in A. Reis (coord.), *A República: Ontem e hoje*, Lisboa: Edições Colibri, Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea/UNL.
- TORRES, E. Cintra (2002), «Da insolência à obediência: Alterações nas atitudes dos despossuídos (1900-1945)», *Sociologia: Problemas e Práticas*, 38, Lisboa: Celta Editora, pp. 117-136.
- TUÑÓN DE LARA, M. (1989), «Cultura y culturas: Ideologías y actitudes mentales», in M. Tuñón de Lara; J. Aróstegui; A. Viñas; G. Cardona; J. M. Bricall, *La Guerra Civil Española 50 años después*, Barcelona: Labor.
- UGARTE TELLERÍA, J. (1998), *La Nueva Covadonga insurgente: Orígenes sociales y culturales de la sublevación de 1936 en Navarra y el País Vasco*, Madrid: Biblioteca Nueva.
- VALENTE, V. Pulido (1999), *O Poder e o Povo: A revolução de 1910*, Lisboa: Gradiva.